



ID: 43749025

14-09-2012

ENTREVISTA DOMINGUES AZEVEDO Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Aumento da TSU é um “Robin dos Bosques invertido”

Domingues Azevedo defende que subida da contribuição para a Segurança Social não gera emprego.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

No Congresso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) que hoje se inicia, o bastonário Domingues Azevedo tece duras críticas às medidas anunciadas pelo Governo nos últimos dias. Em entrevista, por 'email', ao Diário Económico, o responsável considera que sempre que se fala em simplificar o sistema fiscal surgem duas coisas associadas: “Aumento de impostos ou injustiça fiscal”.

Que novos desafios se colocam aos técnicos oficiais de contas?

Num período de crise onde a sustentabilidade das empresas carece de uma atenção mais redobrada, os profissionais da contabilidade e da fiscalidade têm uma importante missão a cumprir, no acompanhamento e aconselhamento às pequenas e médias empresas. É necessário entendermos a realidade objetiva do que são aquele tipo de empresas e a diferenciação das suas necessidades, quando confrontamos a sua organização com uma grande empresa.

Quais as principais dificuldades sentidas? São conhecidas as dificuldades com os prazos da Informação Simplificada Empresarial, por exemplo.

Visionamos o que tem ocorrido na disponibilização de meios e condições para o cumprimento das obrigações tributárias como um acidente de percurso e que, esperamos o mais rápido possível, no seu próprio interesse, o Governo através dos seus órgãos competentes encontre a melhor solução. Penso que temos avançado de forma segura e consolidada para a resolução de uma parte muito significativa do processo. Uma outra questão bem diferente tem a ver com algumas questões de índole estrutural que continuam a constituir barreiras para o desenvolvimento da profissão. Há uma espécie de paternalismo ainda muito vivo na Administração Tributária quanto aos técnicos oficiais de contas que não tem ajudado a uma afirmação da profissão. Por exemplo, o tratamento discricionário dos

técnicos oficiais de contas na preferência de atendimento nos serviços de Finanças, quando comparados com outros profissionais que gozam dessa preferência, como é o caso dos advogados e solicitadores.

Como avalia o aumento da contribuição para a Segurança Social para os trabalhadores?

Injustificada, sem qualquer sentido e uma verdadeira afronta a quem trabalha. A tornar-se realidade o que foi anunciado pelo primeiro-ministro, teremos em Portugal um “Robin dos Bosques” invertido. É que se trata verdadeiramente de um roubo, pois retira-se aos trabalhadores para diminuir aos gastos das empresas. Depois houve uma inabilidade confrangedora na forma como tudo isto surge a público. Deveria ter sido tentado um quadro de participação dos trabalhadores nos resultados das empresas por efeitos da diminuição dos gastos para a Segurança Social, ou um quadro normativo de participação dos trabalhadores nos actos de gestão que evidenciassem um uso indevido do valor arrecadado. O resultado pode ter consequências muito drásticas na vida pública portuguesa, pois os lesados com este tipo de medidas, têm hoje motivos mais que justificados para reagirem a elas no sentido de evitarem a sua concretização.

Concorda com o argumento de que ajudará a criar emprego?

Discordo frontal e completamente desse argumento. As fábricas produzem bens e serviços para serem comprados, não por quem os produz, mas sim por quem deles necessita. Para comprar é preciso dinheiro. Ora se retiramos dinheiro às pessoas através dos impostos, Segurança Social, hospitais, educação etc., não haverá moeda para comprar. Se as pessoas não compram porque não têm dinheiro, então, os produtores não têm necessidade de produzir, tornando-se excedentário o pessoal ao seu serviço, o que gerará a necessidade de o despedir. Pode-se contra-argumentar que o aumento da produção se destina à exportação. Essa é uma boa medida. Mas exportamos o quê? Tecnologia altamente evoluída? Profissionais altamente qualifica-

O bastonário da ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, preside hoje à sessão de abertura do Congresso dos TOC “Uma nova atitude”.



Bruno Barbosa

“

Trata-se de um verdadeiro roubo, pois retira-se aos trabalhadores para diminuir aos gastos das empresas.

dos? Não. Exportamos é a fome e a dor dos trabalhadores portugueses que, quando comparados com os seus parceiros europeus já são uns dos mais pobres.

Que alternativas poderiam ser implementadas?

Evidentemente que há imensas alternativas. Ninguém conhece nada da estrutura da despesa. O que é que se gasta, onde se gasta, como se gasta e, acima de tudo da necessidade ou não de gastar. Evidentemente que enquanto não tivermos uma vida pública transparente, compreensível por parte dos cidadãos e que ele entenda o seu funcionamento e o seu custo teremos sempre este debate.

A simplificação do sistema do IRS é bem-vinda nesta altura? Porquê?

Não vejo em que medida é que a diminuição dos escalões implica uma maior simplificação do sistema fiscal. Pode conduzir a uma melhor perceptibilidade e compreensibilidade do seu funcionamento, mas chamar a isto simplificação acho que é um pouco violento. “Gato escaldado de água fria tem medo”. Sempre que ouvimos falar em simplificação duas coisas têm aparecido associadas: aumento de impostos ou injustiça fiscal, por isso, temo sinceramente que o reordenamento dos escalões seja uma oportunidade de aumentar o IRS. ■